

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito”

PROCESSO n.º 45/AJ/JFA/2016

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I - CONVITE

II - CADERNO DE ENCARGOS

I – CONVITE
AJUSTE DIRETO
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito”

PROCESSO n.º 45/AJ/JFA/2016

ÍNDICE:

- 1. ENTIDADE ADJUDICANTE**
- 2. ÓRGÃO COMPETENTE**
- 3. FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**
- 4. OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**
- 5. ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**
- 6. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 7. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS SERVIÇOS**
- 8. ERROS E OMISSÕES**
- 9. PREÇO BASE DA CONSULTA**
- 10. LOCAL, PRAZOS E FORMA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS**
- 11. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 12. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**
- 13. IDONEIDADE DOS CANDIDATOS**
- 14. PROPOSTA**
- 15. APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 16. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTAS**
- 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 18. PROPOSTAS VARIANTES**
- 19. NEGOCIAÇÃO**
- 20. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS**
- 21. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO**
- 22. CAUÇÕES**
- 23. MINUTA DO CONTRATO**
- 24. RECLAMAÇÕES À MINUTA**
- 25. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO**
- 26. ENCARGOS DOS CONCORRENTES E DO ADJUDICATÁRIO**
- 27. REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

CONVITE

Assunto: Ajuste Direto para “Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito” – Processo n.º 45/AJ/JFA/2016

A entidade pública adjudicante “**Freguesia de Alvalade**” – sita na Rua Conde de Arnoso, n.º 5-B, 1700-112 em Lisboa (Telefone: 21 842 83 70/Fax: 21 842 83 99/Correio eletrónico: geral@jf-alvalade.pt), convida Vs. Exas., nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, com as alterações em vigor, para a apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para a celebração do contrato com vista à “Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito”.

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. A entidade pública adjudicante é a Freguesia de Alvalade, com sede na Rua Conde Arnoso, n.º 5-B, 1700-112 – Lisboa, com o telefone n.º 218 428 370, com o telefax n.º 218 428 399 e com o correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

1.2. Todas as comunicações relativas ao Procedimento deverão ser efetuadas por escrito, através de carta enviada para a sede da entidade pública adjudicante, ou por telefax para o n.º 218 428 399, ou para o correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

2. ÓRGÃO COMPETENTE

Nos termos consignados no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, o procedimento iniciou-se com a decisão de contratar, a qual foi tomada pela Junta de Freguesia de Alvalade reunida em 17 de outubro de 2016.

3. FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de Ajuste Direto tem enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, conjugada com a alínea a) do n.º 1 e com a alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos.

4.OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. O objeto da contratação ora pretendida consiste na Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito, de acordo com o definido no Caderno de Encargos.

4.2. Para efeitos de satisfação do objeto do presente procedimento, o prestador de serviços deverá mobilizar e integrar os técnicos com as aptidões e qualificações profissionais indispensáveis à integral e rigorosa execução da presente prestação de serviços e legalmente exigíveis ao exercício das respetivas atividades, no âmbito da legislação aplicável.

5. ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para efeitos de cumprimento do objeto fixado, no âmbito do presente procedimento, deverá ser executada a prestação nos termos exigidos no Caderno de Encargos.

6. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1. Os esclarecimentos à boa compreensão e interpretação das peças a concurso são da competência do Júri do Procedimento, com sede na Rua Conde Arnoso, n.º 5-B, 1700-112 – Lisboa, com o telefone n.º 218 428 370, com telefax n.º 218 428 399 e com correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

6.2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, para o correio eletrónico utilizado pela Junta de Freguesia de Alvalade no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados, pela Junta de Freguesia de Alvalade, por escrito, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6.4. Dentro do prazo e nos termos referidos no número anterior, a entidade adjudicante, através do júri, pode proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento.

6.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores ficarão juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo notificados de tal facto, todos os interessados que as tenham adquirido.

6.6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de, oficiosamente e dentro do prazo fixado no n.º 6.2. juntar ao processo de concurso, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objeto do mesmo.

6.7. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças, seguindo-se a forma de divulgação prevista no n.º 6.5, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.

7. INSPEÇÃO DO LOCAL DOS SERVIÇOS

7.1. Os elementos disponíveis relativos ao local dos serviços constam do presente processo do procedimento, tendo carácter meramente informativo e não vinculativo, não sendo, por isso, de aceitar quaisquer reclamações sobre eventuais deficiências, erros ou omissões encontradas.

7.2. Até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados poderão inspecionar por sua conta e risco, os locais referentes à execução dos serviços, não podendo em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar ou vir a alterar o preço proposto.

8. ERROS E OMISSÕES

8.1. Para os efeitos do disposto no presente procedimento, são erros e omissões do caderno de encargos:

- a) Os que digam respeito a:
 - i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações que se revelem desconformes com a realidade;

iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.

b) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam na alínea anterior.

8.2. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Junta de Freguesia de Alvalade uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea b) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8.3. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

8.4. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pela Junta de Freguesia de Alvalade por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.

8.5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas ou, no caso previsto no n.º 4, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, a Junta de Freguesia de Alvalade deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

8.6. A Junta de Freguesia de Alvalade deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

8.7. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 4 a 6, são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

9. PREÇO BASE DA CONSULTA

O preço base da consulta é de € 17.400,00 (dezassete mil e quatrocentos euros), ao qual acresce IVA à taxa legal.

10. LOCAL, PRAZOS E FORMA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

10.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através de correio eletrónico ou através de carta, fax, para os contactos identificados na cláusula 1.º do presente convite.

10.2 As propostas podem ser apresentadas até às 23h00 do 6º dia, após envio do convite, no correio eletrónico utilizado da Junta de Freguesia de Alvalade.

10.3. Quando pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 10.1, observar-se-á o seguinte:

- a) O expediente deve constar de invólucro, encerrado e opaco, de cujo rosto deve resultar a designação do procedimento e a designação da Junta de Freguesia de Alvalade;
- b) O expediente deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à Junta de Freguesia de Alvalade, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) A receção do expediente será registada por referência à respetiva data e hora.

11. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 6.º sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

11.2. Quando as retificações referidas no artigo 6.º, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões nos termos do disposto no artigo 8.º implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças

do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

11.3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

11.4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem à JFA e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

12. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

É considerado preço anormalmente baixo, o preço total resultante da proposta, que seja 10% ou mais inferior ao preço base fixado na cláusula 9.^a, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos.

13. IDONEIDADE DOS CANDIDATOS

Os concorrentes, relativamente aos quais se verifique alguma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, são excluídos do presente procedimento.

14. PROPOSTA

14.1. A proposta manifesta a vontade da entidade convidada a prestar os referidos serviços e deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite, com a indicação das condições em que se dispõe fazê-lo, formulada por qualquer meio escrito e redigida em língua portuguesa;
- b) Indicar o preço global em euros, expresso por algarismos e por extenso;
- c) Ser assinada pela pessoa ou pessoas com poderes para obrigar a entidade convidada.

14.2. A proposta, elaborada nos termos do número anterior, deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao mesmo diploma legal (Anexo II do presente convite);
- b) Descrição do âmbito da proposta;
- c) Preço total e nota justificativa dos preços apresentados.

14.3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

14.4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do ponto 14.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

14.5. Todos os documentos anteriormente referidos devem seguir a ordem apresentada e ser organizados de forma indecomponível, por fascículos separados por uma folha de rosto com a respetiva identificação, devendo ainda todas as páginas ser numeradas e rubricadas.

15. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

15.1. A JFA pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e da avaliação das mesmas.

15.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos ou visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do artigo.

15.3. Os esclarecimentos referidos no número anterior podem ser disponibilizados em correio eletrónico utilizado pela JFA, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

16. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

16.1. O prazo durante o qual o convidado é obrigado a manter a sua proposta é de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

16.2. Findo esse período de tempo, as propostas manter-se-ão vinculativas para os interessados, renovando-se automaticamente, por iguais períodos, exceto manifestação em contrário e por escrito, por parte dos mesmos.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos e Anexo III do presente Ofício Convite.
- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

f) Declaração da seguradora onde conste que a empresa possui seguro atualizado de pessoal e terceiro.

17.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

18. PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes ao projeto.

19. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

20. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentem algum dos documentos mencionados no artigo 15;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no processo de aquisição ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, exceto:

I. Se estiverem em conformidade com as normas nacionais que transponham normas europeias, com homologações técnicas europeias, com especificações técnicas comuns, com normas internacionais ou qualquer outro referencial técnico elaborado pelos organismos europeus de normalização, e;

II. Se o concorrente demonstre, de forma adequada e suficiente, que o bem ou serviço conforme com a norma corresponde ao desempenho ou cumpre as exigências funcionais fixadas pela JFA.

- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou que os esclarecimentos prestados não tenham sido aceites pela JFA;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos práticos ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

21. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

21.1 A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

21.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a JFA deve notificar o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no art. 17.º;
- b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

21.3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

22. CAUÇÕES

Nos termos previstos no n.º 2 do art. 88.º do CCP não é exigível.

23. MINUTA DO CONTRATO

- a) A minuta do contrato aprovado é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, após a apresentação dos documentos de habilitação, sendo assinalados, expressamente, sempre que aplicável, os ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do CCP.

- b) A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subseqüentes à respetiva notificação.

24. RECLAMAÇÕES À MINUTA

24.1 São admissíveis reclamações da minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

24.2 Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de dez dias úteis, o que houver decidido sobre a mesma, considerando-se tacitamente indeferida na ausência de decisão naquele prazo.

25. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

25.1 O contrato deve ser celebrado no prazo 30 dias úteis a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, consoante os casos, mas nunca antes de verificados os factos enunciados no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.

25.2 A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

25.3 Se o adjudicatário não comparecer no prazo fixado para a outorga do contrato a adjudicação considera-se sem efeito.

25.4 Constituem encargo dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração da proposta para o procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

26. ENCARGOS DOS CONCORRENTES E DO ADJUDICATÁRIO

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta.

27. REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento rege-se pelo presente convite, caderno de encargos e ainda, subsidiariamente, pelas disposições legais do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua versão atual e demais legislação aplicável.

O Presidente da JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

André Moz Caldas

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

_____ (nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede),
representado(a) pelo seu (gerente/administrador/procurador/representante
comum) _____ (nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo
tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do Procedimento, a que se refere
o convite datado de _____, para a “ ”
(designação do procedimento), obriga-se a prestar os referidos serviços em
conformidade com os termos e condições previstas no caderno de encargos e
demais elementos do procedimento, pelo preço total de € _____
(_____ euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao
que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data

Assinatura,

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 – _____, (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo3:

a)

b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais

de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes¹⁵ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data,

Assinatura,

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - _____, (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao

pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data,

II – CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de Serviços de Consultoria, para Fiscalização, no âmbito do procedimento de Concurso Público para a empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito”

PROCESSO N.º 45/AJ/JFA/2016

CAPÍTULO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS _____	26
CLÁUSULA 1.ª ENTIDADE ADJUDICANTE _____	26
CLÁUSULA 2.ª OBJETO DO PROCEDIMENTO _____	26
CLÁUSULA 3.ª ÂMBITO DO PROCEDIMENTO _____	26
CLÁUSULA 4.ª DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO _____	27
CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO _____	28
CLÁUSULA 6.ª PRAZOS DE EXECUÇÃO _____	30
CLÁUSULA 7.ª PREÇO CONTRATUAL _____	31
CLÁUSULA 8.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO _____	32
CLÁUSULA 9.ª CAUÇÃO _____	33
CLÁUSULA 10.ª REVISÃO DE PREÇOS _____	33
CLÁUSULA 11.ª ACOMPANHAMENTO _____	33
CLÁUSULA 12.ª ACEITAÇÃO _____	33
CLÁUSULA 13.ª SUBCONTRATAÇÃO _____	34
CLÁUSULA 14.ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL _____	35
CLÁUSULA 15.ª PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TERCEIROS _____	35
CLÁUSULA 16.ª OUTROS ENCARGOS _____	35
CLÁUSULA 17.ª RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL _____	36
CLÁUSULA 18.ª ACTOS IMPUTÁVEIS A TERCEIROS _____	36
CLÁUSULA 19.ª DEVER DE SIGILO _____	36

CLÁUSULA 20. ^a PENALIDADES CONTRATUAIS _____	37
CLÁUSULA 21. ^a CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR _____	38
CLÁUSULA 22. ^a RESOLUÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO _____	40
CLÁUSULA 23. ^a CONFLITO DE INTERESSES E IMPARCIALIDADE _____	41
CLÁUSULA 24. ^a TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE _____	41
CLÁUSULA 25. ^a COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES _____	42
CLÁUSULA 26. ^a DIREITO APLICÁVEL _____	42
CLÁUSULA 27. ^a FORO COMPETENTE _____	42
CLÁUSULA 28. ^a CONTAGEM DOS PRAZOS _____	42
CLÁUSULA 29. ^a VIGÊNCIA DO CONTRATO _____	43
CAPÍTULO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS _____	44
CLÁUSULA 30. ^a ESTRUTURA DAS EQUIPAS _____	44
CLÁUSULA 31. ^a DESENVOLVIMENTO DO OBJECTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS _____	45
CLÁUSULA 32. ^a ORGANIZAÇÃO DOS MEIOS _____	45
CLÁUSULA 33. ^a MEIOS HUMANOS _____	46
CLÁUSULA 34. ^a ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPAS _____	46
CLÁUSULA 35. ^a MEIOS MATERIAIS _____	47

CAPÍTULO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é a Freguesia de Alvalade, com sede na Rua Conde Arnoso n.º 5-B, 1700-112 – Lisboa, com o telefone n.º 218 428 370, com o telefax n.º 218 428 399 e com o correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

Cláusula 2.^a Objeto do procedimento

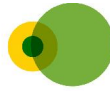
1. O objeto da contratação ora pretendida consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no Capítulo II do Caderno de Encargos e com a Cláusula n.º.5, na aquisição de serviços de consultoria, para fiscalização, no âmbito da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito.

2. Para efeitos de satisfação do objeto do presente procedimento, o adjudicatário deverá mobilizar e integrar os técnicos com as aptidões e qualificações profissionais indispensáveis à integral e rigorosa execução da presente prestação de serviços, legalmente exigíveis ao exercício das respetivas atividades, bem como nos termos constantes das cláusulas técnicas que constituem o Capítulo II do presente Caderno de Encargos.

3. A entidade adjudicante pode introduzir alterações ou solicitar a prestação de outros serviços para os quais o adjudicatário esteja apto, desde que relacionados com o objeto do contrato definido no número anterior.

Cláusula 3.^a Âmbito do procedimento

Os serviços a adquirir correspondem à necessidade de consultoria técnica, através do desenvolvimento das atividades de fiscalização e acompanhamento físico e



ALVALADE

Junta de Freguesia

financeiro da execução dos trabalhos da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito.

Cláusula 4.^a Documentos integrantes do Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos prestados pela entidade adjudicante durante o procedimento pré-contratual;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) O convite à apresentação de propostas;
 - d) O presente caderno de encargos;
 - e) A Proposta;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência obedece à ordem pela qual vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre as cláusulas jurídicas e as cláusulas técnicas constantes, respetivamente, dos Capítulos I e II do presente caderno de encargos as cláusulas técnicas prevalecem sobre as cláusulas jurídicas no que respeita a características, tipo e natureza ou extensão dos serviços a prestar e as cláusulas jurídicas prevalecem sobre as cláusulas técnicas no que respeita ao exercício, conteúdo e efeitos de direitos e obrigações das partes.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos

ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 5.ª Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- i) Propor e participar em reuniões com o dono da obra, os autores dos projetos e o empreiteiro, a fim de analisar o andamento dos trabalhos e estudar eventuais alterações ou alternativas;
- ii) Realizar, pelo menos, uma reunião semanal em obra, na qual sejam analisados todos os problemas de desempenho do empreiteiro na execução dos respetivos trabalhos, assegurando a elaboração da respetiva ata;
- iii) Elaborar mensalmente um relatório a submeter ao dono da obra, contendo todas as informações, recomendações e propostas decorrentes da sua atuação e elaborar relatórios específicos que lhes sejam solicitados pelo dono da obra;
- iv) O relatório mensal mencionado na alínea anterior deve conter uma análise comparativa entre os trabalhos previstos no programa de trabalhos e o desenvolvimento da empreitada e deve ser remetido, por correio eletrónico e correio azul ou entregue na sede da entidade adjudicante em mão, até 5 (*cinco*) dias úteis após a conclusão do mês a que se refere;
- v) Estabelecer com o empreiteiro os calendários da consignação e da receção provisória dos trabalhos a fiscalizar, preparando os processos necessários;
- vi) Garantir que no estaleiro da obra não estejam presentes pessoas não credenciadas ou não autorizadas para o acesso à mesma;
- vii) Garantir que todos os intervenientes na construção cumprem os procedimentos de segurança necessários ao manuseamento de matérias

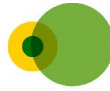


ALVALADE

Junta de Freguesia

classificadas, de acordo com as normas instituídas pelo Gabinete de Segurança nacional.

- viii) Analisar os métodos de construção propostos pelo Adjudicatário e identificar quaisquer áreas que considere que não permitirão satisfazer as normas ou a qualidade de execução requeridas ou que não permitirão cumprir o exigido pelo Caderno de Encargos;
- ix) Analisar e dar parecer técnico justificativo sobre propostas de realização de trabalhos a mais ou a menos e trabalhos não previstos;
- x) Acompanhar a execução dos trabalhos em conformidade com previsto no “Plano de Trabalhos” aprovado e informar relativamente ao seu cumprimento em geral e em particular do “caminho crítico”, indicando as medidas adotadas ou previstas para correção de eventuais desvios;
- xi) Dar parecer sobre os cálculos das revisões de preços apresentados pelo empreiteiro, procedendo ao seu encaminhamento ;
- xii) Proceder à verificação das faturas de pagamentos respeitantes às situações de trabalhos, apresentadas pelo empreiteiro e atualizar os cronogramas financeiros provisionais do empreiteiro;
- xiii) Encaminhar para o dono da obra, em termos a acordar, toda a correspondência trocada com o empreiteiro e demais entidades intervenientes, emitindo o seu parecer sobre a mesma;
- xiv) Acompanhar a execução dos trabalhos na fase de correção das situações descritas no Auto de Receção Provisória e no Auto de Receção Definitiva;
- xv) Elaborar um registo fotográfico mensal do desenrolar dos trabalhos, do qual fornecerá uma cópia ao dono da obra e os respetivos negativos, quando solicitados;
- xvi) Coordenar e fazer cumprir o plano de segurança e saúde da obra, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro e demais legislação aplicável;



ALVALADE

Junta de Freguesia

xvii) Elaborar uma memória descritiva e justificativa dos trabalhos a mais, a menos e não previstos, com medições detalhadas e orçamento dos mesmos, com vista à elaboração de termos adicionais ao contrato de empreitada, devendo a mesma, justificar claramente os preços unitários dos trabalhos não previstos;

xviii) Elaborar a conta final da empreitada, após a receção provisória.

2. No final da execução do contrato, o adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato, bem como anexar os respetivos documentos e relatórios elaborados, no decurso da presente prestação de serviços.

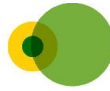
3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, a recorrer a todos os meios, humanos, técnicos e materiais que sejam necessários e adequados ao cumprimento da presente prestação de serviços, bem como a dar cumprimento à legislação vigente aplicável, nomeadamente, prejuízos a terceiros, desemprego, relações de trabalho, segurança social, segurança e medicina no trabalho, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a Prazos de execução

1. A prestação de serviços, a realizar no âmbito do presente procedimento, deverá ser executada ao longo da execução da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito, num prazo estimável de 255 dias (duzentos e cinquenta e cinco), onde se considerará o prazo para elaboração da conta final e encerramento da empreitada.

2. O prazo de mobilização da equipa para realização do objeto da prestação de serviços não deverá exceder 5 (*cinco*) dias úteis a contar da data de entrada em vigor do contrato.

3. A prestação de serviços será executada de acordo com o programa de trabalhos a acordar com a entidade adjudicante, sendo revisto de acordo com o desenrolar



ALVALADE

Junta de Freguesia

do processo relativo à empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito.

4. O prazo previsto no número um pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário, devidamente fundamentado, nomeadamente, quando haja lugar à execução de serviços a mais, nos termos do disposto no artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos.

5. A entidade adjudicante reserva-se no direito de:

- a) Prorrogar o prazo global da prestação de serviços, objeto do presente procedimento, decorrente, designadamente, da necessidade de execução de trabalhos a mais, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, no âmbito do Concurso Público da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito; ou,
- b) Cessar antecipadamente a prestação de serviços, objeto do presente procedimento, em virtude da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito terminar antes de decorrido o seu prazo contratual, logo que assim o entenda, não conferindo ao adjudicatário o direito de formular qualquer pedido de indemnização.

Cláusula 7.ª Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que este não exceda o montante de € 17.400,00 (dezassete mil e quatrocentos euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos,

despesas de aquisição, transporte, espaços físicos, armazenamento e manutenção de meios materiais, e ainda, quaisquer outros meios necessários ao exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 8.^a Condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga em 9 (*nove*) prestações mensais, no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das respetivas faturas.
2. Os honorários ou retribuição dos membros da equipa para fiscalização da empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito, referida no n.º 3 da cláusula 30.^a, consoante a percentagem de afetação de cada membro, está a cargo do adjudicatário.
3. As faturas apresentadas pela execução dos serviços objeto deste Caderno de Encargos, deverão conter o código do contrato a celebrar, bem como o número do cabimento orçamental que suportará a despesa com a sua execução.
4. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou este caderno de encargos.
5. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outras faturas devidamente corrigidas em sua substituição.
6. Em cada pagamento serão efetuados os seguintes descontos:
 - a) A percentagem correspondente ao reembolso dos adiantamentos eventualmente concedidos;
 - b) A importância necessária à liquidação das multas que tenham sido aplicadas ao adjudicatário, bem como todas as demais quantias que sejam legalmente exigidas.

Cláusula 9.^a Caução

Não há lugar à prestação de caução, em virtude do preço contratual ser inferior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), nos termos do n.º 2 do art. 88.º do CCP.

Cláusula 10.^a Revisão de Preços

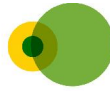
Não há lugar a revisão de preços.

Cláusula 11.^a Acompanhamento

1. A entidade adjudicante pode aceder, livremente e a todo o momento, a qualquer documento que considere relevante para o acompanhamento dos trabalhos do adjudicatário.
2. A entidade adjudicante poderá, em qualquer altura, designar uma entidade para acompanhar a atividade do adjudicatário.

Cláusula 12.^a Aceitação

1. A adequação do resultado final de cada tarefa e de cada componente da prestação de serviços será aferida regularmente pela entidade adjudicante e pelos relatórios apresentados.
2. Na sequência da qualidade da execução dos trabalhos, a entidade adjudicante, sempre que se justifique, poderá lavrar um auto de aceitação dos serviços prestados, onde ficará registada a data de aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na sua execução.
3. Constatadas falhas ou deficiências na execução do objeto do contrato o adjudicatário será notificado das mesmas para eventuais correções a introduzir nos respetivos relatórios ou documentos técnicos apropriados, ou ainda, no desenvolvimento de futuras tarefas.

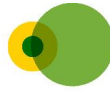


ALVALADE

Junta de Freguesia

Cláusula 13.ª Subcontratação

1. É permitido ao adjudicatário a subcontratação de outras entidades para a realização do objeto da presente prestação de serviços, desde que as entidades a subcontratar reúnam os requisitos cumulativos exigidos ao adjudicatário, desde que procedam à apresentação dos documentos de habilitação nos termos exigidos no n.º 4 da presente cláusula, mediante autorização expressa da entidade adjudicante.
2. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário.
3. Nos contratos realizados com as entidades subcontratadas os interesses da entidade adjudicante deverão ficar garantidos em condições idênticas às estipuladas no contrato de prestação de serviços adjudicado.
4. Para os efeitos do disposto nos números anteriores, os contratos realizados com as entidades subcontratadas serão submetidos à aprovação da entidade adjudicante a qual fica condicionada à prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos às entidades subcontratadas, que tenham sido exigidos ao adjudicatário, no âmbito do presente procedimento.
5. A cópia dos contratos realizados com as entidades subcontratadas deverá ser depositada junto da entidade adjudicante, antes da celebração do contrato de prestação de serviços do qual emerge, sendo que o adjudicatário não poderá recorrer a outras entidades ou proceder à substituição das entidades subcontratadas previamente indicadas, sem aprovação da entidade adjudicante.
6. Caso o adjudicatário, por razões de natureza excecional, necessite de realizar qualquer parte dos serviços objeto do contrato por subcontratação de meios não apresentados na sua Proposta, deve requerer previamente a competente autorização da entidade adjudicante, indicando o subcontratado a que pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do subcontratado que propõe.



ALVALADE

Junta de Freguesia

7. O requerimento a que se refere o número anterior, deve ser acompanhado, além dos elementos aí mencionados, por uma declaração, com assinatura reconhecida, do subcontratado, na qual este declare que está perfeitamente inteirado da parte dos trabalhos que lhe competirá realizar e de tudo o estipulado neste caderno de encargos e no contrato, nomeadamente quanto à qualificação dos meios humanos a utilizar e quanto às condições de execução dos serviços.

8. A entidade adjudicante reserva-se no direito de aceitar ou recusar a utilização dos subcontratados a que se refere o n.º 6, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando, no caso de aceitação, qualquer diminuição da responsabilidade do adjudicatário, nos termos do disposto no n.º 1.

Cláusula 14.ª Cessão da Posição Contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual no presente procedimento.

Cláusula 15.ª Prestação de Serviços por Terceiros

A entidade adjudicante tem o direito de executar quaisquer trabalhos, diretamente ou através de uma terceira entidade, ou de receber a prestação de quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos atribuídos ao adjudicatário, sem prejuízo do andamento normal dos trabalhos e da execução dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 16.ª Outros encargos

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas constituem encargo das respetivas entidades convidadas.

2. São ainda da conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as da prestação da caução.

Cláusula 17.ª Responsabilidade extracontratual

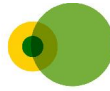
1. O adjudicatário responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados no âmbito do contrato, pela culpa ou pelo risco.
2. O adjudicatário responde igualmente, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito do contrato.
3. Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, em segundo lugar, as cauções e, finalmente, os restantes bens do adjudicatário.
4. O adjudicatário é o único responsável pela inexistência de contratos de seguros legalmente obrigatórios para cobertura de riscos de atividades que exerça no âmbito do contrato.

Cláusula 18.ª Atos imputáveis a terceiros

Sempre que o adjudicatário seja impedido de cumprir qualquer das obrigações decorrentes do contrato, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ocorrência de tal facto, disso informar a entidade adjudicante, por forma a que esta fique habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

Cláusula 19.ª Dever de Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as partes comprometem-se a não divulgar, durante e após a execução do contrato, quaisquer informações que



ALVALADE

Junta de Freguesia

obtenham no seu âmbito, designadamente as relativas à outra parte ou aos seus interesses e negócios.

3. As partes só podem divulgar informações referidas no número anterior na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou do estritamente necessário ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.

4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.

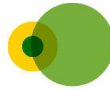
5. As partes devem ainda limitar o acesso às informações confidenciais aos seus quadros e funcionários que a elas tenham de recorrer para a correta execução do contrato, assegurando que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade.

6. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos da prestação de serviços objeto deste caderno de encargos.

7. Os deveres referidos nos números anteriores abrangem igualmente as entidades subcontratadas pelo adjudicatário e a equipa técnica a afetar à presente prestação de serviços.

Cláusula 20.^a Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos e nas condições estabelecidas nos números seguintes.



ALVALADE

Junta de Freguesia

2. Pelo incumprimento do prazo global ou dos prazos indicados no cronograma aprovado pela entidade adjudicante, nos termos previstos na **Cláusula 6.ª**, pode ser aplicada uma penalidade nos seguintes termos:

- a) Durante os primeiros trinta dias completos de atraso, até 1‰ (*um por mil*) do preço total por cada dia de atraso;
- b) A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, até 5‰ (*cinco por mil*) do preço total por cada dia de atraso.

3. Se o adjudicatário cumprir o prazo global do contrato pode requerer à entidade adjudicante a devolução das multas aplicadas nos termos do número anterior.

4. Se o adjudicatário substituir qualquer elemento da equipa de projeto fora dos casos ou em violação do procedimento previsto na Cláusula 34.ª, a entidade adjudicante pode aplicar uma multa de até 3% (três por cento) do preço total, sendo o adjudicatário obrigado a proceder à substituição do elemento em causa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por elemento com curriculum e conhecimentos equivalentes ou superiores, nos termos do disposto no mesmo artigo.

5. Se o adjudicatário não prestar a Fiscalização à obra num prazo inferior a 2 (*dois*) dias úteis, a entidade adjudicante pode aplicar uma multa de até 1‰ (*um por mil*) do preço total por cada dia de atraso.

Cláusula 21.ª Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir casos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de

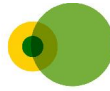
guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem casos de força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



ALVALADE

Junta de Freguesia

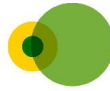
Cláusula 22.^a Resolução ou Suspensão do Contrato

1. A entidade adjudicante tem o direito de resolução do contrato, sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização, nos seguintes casos:

- a) Se o adjudicatário não cumprir o prazo global estabelecido no n.º 1 da Cláusula 6.^a, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste caderno de encargos;
- b) Se o adjudicatário recorrer a entidades terceiras para cumprir as obrigações contratuais sem prévia autorização da Entidade adjudicante ou em violação de qualquer outra disposição da **Cláusula 13.^a** e **Cláusula 14.^a**.
- c) Se se verificar a quebra do dever de sigilo, nos termos da **Cláusula 19.^a**;
- d) Se as multas contratuais aplicadas pela entidade adjudicante nos termos da **Cláusula 20.^a** ultrapassarem, no seu conjunto, o valor de 5% (cinco por cento) do preço total;
- e) Se se verificar grave ou reiterada inobservância das disposições do contrato ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má fé por parte do adjudicatário;
- f) Se o adjudicatário proceder à modificação de um elemento da equipa de projeto, seja qual for o seu nível ou categoria, sem prévia autorização da entidade adjudicante.

2. Em caso de resolução ou suspensão do contrato, por qualquer título, o adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

3. O adjudicatário pode resolver o contrato por incumprimento grave e reiterado das obrigações contratuais por parte da entidade adjudicante, desde que tal incumprimento seja a esta imputável, devendo notificar previamente a entidade adjudicante do motivo da resolução, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a



ALVALADE

Junta de Freguesia

contar da data do conhecimento do facto, e dando-lhe um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para sanar tal incumprimento.

4. Verificando-se a situação de resolução ou suspensão do contrato, por motivos não imputáveis ao adjudicatário, é devido a este o pagamento correspondente à fase em que se encontrem os trabalhos, na proporção direta dos dias efetivos de trabalho efetuado e aprovado, até à data da comunicação.

Cláusula 23.^a Conflito de Interesses e Imparcialidade

1. O adjudicatário deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito com os interesses da entidade adjudicante.
2. O adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a entidade adjudicante ou para os seus direitos e interesses.
3. O adjudicatário obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da entidade adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

Cláusula 24.^a Transferência de Propriedade

A entidade adjudicante tem o direito exclusivo de divulgar ou publicar todos os documentos elaborados no âmbito da prestação de serviços objeto deste caderno de encargos, seja em formato papel, ou em formato eletrónico, não importando tal circunstância o pagamento de qualquer outra quantia, além daquele pago no ato de entrega dos documentos objeto da presente prestação de serviços.

Cláusula 25.^a Comunicações e Notificações

As comunicações e as notificações entre as partes, seguem o regime previsto no artigo 469.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

Cláusula 26.^a Direito Aplicável

1. O contrato fica sujeito à lei portuguesa, com renúncia expressa a qualquer outra.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e na demais regulamentação do concurso e do contrato aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 27.^a Foro Competente

1. Na eventualidade de qualquer conflito, as partes devem sempre procurar chegar a um acordo sobre a situação em litígio, dentro dos princípios da boa-fé contratual, antes de recorrer aos meios contenciosos.
2. Quando as partes não conseguirem chegar a um acordo, nos termos do número anterior, para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.^a Contagem dos Prazos

Salvo disposição expressa em contrário, os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, incluindo sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.^a Vigência do Contrato

1. O contrato inicia a sua vigência na data da assinatura do contrato empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito – Processo n.º 17/CP/JFA/16.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. A eficácia do contrato está condicionada à assinatura do contrato de empreitada de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito – Processo n.º 17/CP/JFA/16.

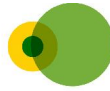
CAPÍTULO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Neste capítulo é descrita, de modo geral, a forma de intervenção da entidade contratada no âmbito da consultoria para a realização do objeto da prestação de serviços, que deverá ter em conta a estrutura da equipa a apresentar, bem como a abordagem que se propõe fazer, tendo em conta as referências metodológicas apresentadas.

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 30.^a Estrutura das Equipas

1. A entidade convidada deve, na sua proposta, apresentar a composição e a estrutura das equipas, bem como, do seu coordenador, com indicação dos nomes, habilitações académicas e profissionais e experiência profissional relacionada com o objeto da consulta.
2. A entidade convidada deverá indicar qual o membro da equipa que assumirá a coordenação técnica, o qual passará a ser, para todos os efeitos inerente ao procedimento e suas consequências, o responsável do adjudicatário perante a entidade adjudicante.
3. A EQUIPA para FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA de requalificação e reabilitação do Complexo Desportivo Municipal São João de Brito, deverá ser necessariamente constituída, para além do Coordenador, por técnicos com habilitações académicas e experiência profissional, nas seguintes áreas:
 - a) Engenharia Civil/Arquitetura;
 - b) Engenharia Eletrotécnica;
 - c) Engenharia Mecânica;



ALVALADE

Junta de Freguesia

d) Coordenador em matéria de Segurança e Saúde;

4. A afetação e cada técnico à obra é da responsabilidade do adjudicatário.
5. A composição das equipas de trabalho deverá ser estável ao longo da prestação dos serviços.
6. Qualquer substituição na composição das equipas apresentadas, durante a execução da prestação de serviços, carecerá de acordo prévio da entidade adjudicante, devendo os técnicos substitutos possuir currículo igual ou superior ao dos substituídos, nos termos definidos na presente Cláusula.

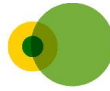
Cláusula 31.^a Desenvolvimento do objeto da Prestação de Serviços

Cada entidade convidada deverá apresentar um documento descrevendo a abordagem prática ao desenvolvimento do objeto da prestação de serviços, determinada pela **Cláusula 5.^a** do presente caderno de encargos, e estabelecer uma programação considerada apropriada para a condução do presente procedimento, de acordo com as obrigações descritas.

SECÇÃO II – MEIOS DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 32.^a Organização dos Meios

1. O adjudicatário obriga-se a estabelecer todo o sistema de organização indispensável à pronta e correta execução das tarefas a seu cargo, bem como o apetrechamento e a obtenção de todos os meios humanos e materiais necessários à execução das ações e ao cumprimento das suas obrigações a desenvolver no âmbito da sua intervenção.
2. Qualquer alteração de meios humanos efetuada ao programa de trabalhos por iniciativa do adjudicatário deve ser devidamente justificada e submetida atempadamente à aprovação da entidade adjudicante por escrito.



ALVALADE

Junta de Freguesia

3. Se no decorrer da prestação de serviços se verificar que os meios utilizados pelo adjudicatário não são adequados ao cumprimento das obrigações contratuais, a entidade adjudicante pode ordenar a substituição, o reforço ou a redução desses meios, ainda que tais meios estivessem previstos no cronograma de trabalhos, devendo o adjudicatário cumprir tais ordens no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Cláusula 33.^a Meios Humanos

1. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários à execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário é de sua inteira responsabilidade, devendo este garantir que todos os agentes por si designados coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhes forem cometidos.

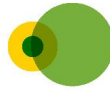
2. O cronograma de trabalhos deve ser acompanhado de uma memória descritiva e justificativa pormenorizada das opções tomadas no que respeita aos meios humanos e das ações específicas a desenvolver por cada um dos elementos das equipas.

Cláusula 34.^a Alteração da composição das equipas

1. O adjudicatário obriga-se a manter as equipas que apresentou na proposta ao longo de todo o prazo de execução da prestação de serviços.

2. Caso se torne impossível o exercício de funções por parte de um dos membros das equipas, o adjudicatário deve, no prazo de 5 (*cinco*) dias a contar do facto que originou a impossibilidade, propor um substituto à entidade adjudicante, fazendo acompanhar tal proposta dos elementos curriculares relativos ao substituto, nomeadamente, do curriculum vitae detalhado e assinado, nos mesmo termos exigidos no ofício-convite.

3. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se que se torna impossível o exercício de funções por parte de um dos membros das equipas quando, por facto alheio à vontade do adjudicatário, esse membro não quiser ou não puder assegurar



ALVALADE

Junta de Freguesia

os actos materiais de execução das obrigações que sobre aquele impendem, em virtude do disposto no presente caderno de encargos e no contrato.

4. O disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, ao caso de a impossibilidade a que se refere o número anterior, se verificar antes da assinatura do contrato.

5. A entidade adjudicante pode ordenar a retirada de qualquer elemento das equipas que:

- a) Revele ter demonstrado que não possui as aptidões necessárias para as funções que ocupa;
- b) Tenha, de forma grave ou reiterada, desrespeitado os seus colaboradores ou outros intervenientes na execução da prestação de serviços,
- c) Não compareça por três vezes, seguidas ou interpoladas, em qualquer reunião na qual deva estar presente para assegurar o cumprimento das suas funções na execução do contrato.

6. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito, sem prejuízo da sua imediata e irrevogável produção de efeitos, devendo o adjudicatário assegurar a substituição do elemento em causa, nos termos previstos na **Cláusula 34.^a**.

Cláusula 35.^a Meios Materiais

1. A indicação dos meios materiais mínimos, bem como a aceitação pela entidade adjudicante das características dos meios materiais propostos pelo adjudicatário não o desobriga de se apetrechar, ao longo da vigência do contrato, com equipamentos adicionais e em número suficiente de modo a garantir a boa qualidade da prestação de serviços.

2. O adjudicatário deve garantir o equipamento de escritório, reprodução e arquivo e os meios informáticos de hardware e software de acordo com as especificações técnicas apresentadas na sua proposta, que permitam em cada momento, um desempenho adequado das equipas e a produção dos documentos



ALVALADE

Junta de Freguesia

previstos no contrato de acordo com as especificações do presente caderno de encargos.